



Comunicado a Imprensa No. 11/122
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
7 de Abril, 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 USA

Pronunciamento do Chefe da Missão do FMI para Moçambique

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) visitou Moçambique durante o período de 23 Março a 7 de Abril de 2011 para levar a cabo as consultas ao abrigo do Artigo IV e as discussões no âmbito da segunda avaliação do programa trienal Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI, em inglês), aprovado em Junho de 2010. As discussões foram realizadas com o Ministro das Finanças, S. Excia. Manuel Chang, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, S. Excia. Aiuba Cuereneia, o Governador do Banco de Moçambique, S. Excia. Ernesto Gouveia Gove, e outros quadros séniores do governo. A missão reuniu-se com representantes do Parlamento, sector privado, parceiros de desenvolvimento, e sociedade civil, incluindo sindicatos, académicos e pesquisadores. A missão também viajou para a província nortenha de Tete onde se encontrou com autoridades provinciais, sector privado e sociedade civil locais. Visitou igualmente grandes projectos de mineração e a hidroelétrica de Cahora-Bassa.

O Sr. Johannes Mueller, Chefe da Missão para Moçambique, fez o seguinte pronunciamento em Maputo no final da missão:

"Moçambique continua a atravessar bem o turbulento ambiente económico internacional. O crescimento económico em 2010, estimado em 6,5 por cento, esteve ligeiramente abaixo das expectativas mas foi um dos mais altos da região. Perspectivando o futuro, espera-se que o crescimento acelere e volte aos níveis observados antes da crise financeira global. O forte crescimento das exportações dos mega projectos compensa a crescente factura de importação relacionada com o rápido crescimento dos preços internacionais dos combustíveis e dos alimentos e melhora significativamente as contas externas, mantendo as reservas internacionais em níveis confortáveis. Este cenário deve continuar a prevalecer à medida que mais projectos no sector de recursos naturais iniciem suas actividades. No entanto, os recentes aumentos nos preços internacionais de alimentos e combustíveis, por via dos seus efeitos secundários na economia doméstica, impediram um declínio mais rápido da inflação, que continua a impor um peso considerável sobre os segmentos mais vulneráveis da população.

“Com o crescimento económico em via de retornar aos níveis pré-crise, as autoridades pretendem manter políticas económicas relativamente apertadas durante 2011, com vista a conter as expectativas de inflação e a permitir que a inflação retorne aos níveis de um dígito no final do ano. A missão concorda que o foco de curto prazo no combate à inflação é adequado. Ela também apoia a estratégia de desenvolvimento de médio prazo do governo que está incorporada no seu programa económico PSI. A estratégia baseia-se num aumento dos investimentos públicos em infra-estruturas e das despesas nas áreas sociais prioritárias, bem nas reformas estruturais em áreas tais como gestão de finanças públicas, política e administração tributária, gestão da dívida, a boa governação económica e desenvolvimento e supervisão do sector financeiro.

“A missão aguarda a finalização de uma nova Estratégia de Redução da Pobreza (PARP), que deverá ser apresentada ao Conselho de Ministros dentro em breve. Para além disso, saúda as consultas efectuadas pelo governo à sociedade civil e parceiros de desenvolvimento neste processo. Não obstante o elevado crescimento económico de Moçambique nas últimas duas décadas, a pobreza não diminuiu tão rapidamente quanto noutros países da África Subsariana. Esperamos que o PARP resolva este aspecto através da demonstração de compromisso do Governo em prosseguir um crescimento mais inclusivo, com vista a gerar oportunidades de emprego e acelerar a redução da pobreza. Isso vai exigir políticas e reformas para aumentar a produção e produtividade em indústrias mão-de-obra intensivas, particularmente a agricultura. A implantação de sistemas de protecção social mais abrangentes, melhor focalizados e sustentáveis do ponto de vista fiscal podem igualmente ajudar a tornar o desenvolvimento económico sustentável.

"O Conselho de Administração do FMI tem a discussão da segunda avaliação do programa PSI de 2011 e a consulta ao abrigo do Artigo IV agendada para Junho de 2011".